

TUCÍDIDES: A NATUREZA HUMANA E AS CAUSALIDADES DA HISTÓRIA

*Luiz Otávio de Magalhães**

Resumo

Este texto tem por objetivo examinar alguns dos princípios etiológicos da narrativa historiográfica de Tucídides, abordando o destaque conferido pelo historiador às pulsões instituintes da natureza humana (*anthrópeia physis*) como causa mais verdadeira da irrupção da guerra entre atenienses e espartanos. O texto analisa, ainda, as relações estabelecidas por Tucídides entre o aspecto impulsivo (*orgé*) e o aspecto reflexivo (*gnómé*) da natureza humana e suas implicações na definição do curso dos acontecimentos humanos.

Palavras-chave: Tucídides, historiografia grega, natureza humana.

Numa afirmativa tornada célebre pelos comentaristas modernos, Tucídides exprimiu seu juízo a respeito das causas do confronto, que se propôs a dissecar, entre atenienses e peloponésios: “a causa mais verdadeira [da guerra] foi também a mais dissimulada nos discursos então pronunciados: a hegemonia dos atenienses, ao se expandir, provocou temor entre os peloponésios e os compeliu a guerrear” (TUCÍDIDES, I.23.6).

Num momento adiante de sua narrativa, Tucídides reafirma este julgamento. Ao finalizar a exposição dos discursos e procedimentos que antecederam a deliberação espartana a favor do rompimento da trégua,

* Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Doutor em História Social pela USP.

estabelecida no ano de 445 entre atenienses e peloponésios, sentencia o historiador:

Os lacedemônios deliberaram por considerar rompido o tratado [com os atenienses] e por declarar a guerra como necessária. Assim o fizeram não tanto porque persuadidos (*peithomenoi*) pelos discursos pronunciados por seus aliados, mas principalmente porque temerosos (*phoboumenoi*) face aos atenienses, pretendendo impedir que o poder destes ainda mais se ampliasse, pois percebiam que a maior parte da Hélade já se encontrava a eles submetida. (TUCÍDIDES, I.88.1)

Na origem da guerra, portanto, Tucídides identifica dois impulsos psicológicos: de um lado, o ateniense, um impulso orientado pelo desejo de acumulação – de poder, de distinção, de supremacia – de outro, o espartano, um ímpeto motivado pelo desejo de segurança, de autopreservação. Portanto, é nos domínios da *orgé*, das disposições naturais do homem, que a apreciação tucidideana localiza as causas profundas da monumental guerra entre atenienses e peloponésios.¹

A *orgé* que impulsiona os atenienses, o desejo eternamente insatisfeito de ampliação do poder e da distinção, é uma força que conduz os homens, regular e inevitavelmente, ao conflito. Por vezes, conflitos que envolvem diferentes *poleis*, diversas comunidades: *polemoi*. Outras vezes, conflitos que se delimitam no interior de uma única polis: *staseis*.

Ao relatar os horrores e massacres que pontuaram a sedição de Corcira, Tucídides assevera, em primeiro lugar, que tão numerosas e tão penosas calamidades, que atingem as cidades, sempre aconteceram e para sempre continuarão a acontecer enquanto permanecer a mesma a natureza (*physis*) dos homens (TUCÍDIDES, III.82.2). Em seguida, o exame do historiador aponta a causa e a origem de tais flagelos públicos, os componentes específicos da natureza humana que a arrastam a periódicos e violentos conflitos: por um lado, *pleonexia*, a ambição material, o desejo de acúmulo de bens e riquezas, a ânsia pelo lucro e pela vantagem; por outro lado, a *philotimia*, a ambição por honras e por dignidades distintivas (TUCÍDIDES, III.82.8). Mais adiante, concluindo seu relato a respeito da crise de Corcira, Tucídides precisa seu julgamento a respeito do significado e da causa essencial daquela *stasis*:

Com a vida da cidade, naquela oportunidade, mergulhada na turbulência, a natureza humana (*anthrópeia physis*) prevalecia (*kratein*) sobre as leis (*nomoi*) e, sendo para ela usual ultrapassar os *nomoi* e agir com indignidade (*adikein*), exibia-se, satisfeita (*asmené*), revelando o caráter incontrolável (*akratés*) de suas pulsões (*orgé*), mostrando-se mais poderosa (*kreissón*) que a justiça, inimiga de toda superioridade. (TUCÍDIDES, III.84.2)

Portanto, às paixões e impulsos (*orgé*) que instituem e manifestam a natureza humana, Tucídides opõe os *nomoi*, as regras de conduta criadas pelo homem e que possibilitam sua existência enquanto membro de uma *polis*. É a justiça, a *diké*, expressa por intermédio de *nomoi* específicos que, ao constringer e controlar os anseios e ambições inatos ao homem, torna possível a existência comunitária. Os eventos ruinosos que sacodem a vida das cidades – e que demandam a atenção do historiador – são apreendidos como manifestações da incapacidade das leis artificialmente criadas pelo homem em, ininterrupta e indefinidamente, manter sob submissão a *orgé*, os ímpetos essenciais da *anthrópeia physis*. Desta forma, um evento digno de relato, referente à vida interna de uma *polis*, é um evento instituído pela vitória da *physis* sobre o *nomos*.

Porém, se, no interior de uma *polis*, são a *diké* e os *nomoi* que se encarregam de cercear os apetites ambiciosos da *physis*, permitindo, desta forma, que a existência humana não se resuma a uma seqüência incessante e intolerável de conflitos, o mesmo não ocorre nas relações que envolvem diferentes *poleis*. Pois, entre distintas comunidades vigora não as regras orientadas pela Justiça, mas sim a máxima de que *é fato estabelecido que o mais fraco seja dominado pelo mais forte* (TUCÍDIDES, I.76.2). Noutros termos, o vigor dos *nomoi* pode, ainda que não de forma definitiva e ininterrupta, cercear a recorrência das *staseis*, mas ele nada realiza no sentido de refrear os *polemoi*. Qual é, então, a força que se encarrega de, no âmbito das relações inter-*poleis*, impor limites aos impulsos da *physis*, evitando que a existência humana se degrade num estado de conflitos e calamidades permanentes?

Para respondermos a esta pergunta, voltemos, por um instante, à declaração Tucídides (I.23.6) a respeito da mais verdadeira causa da guerra entre atenienses e peloponésios, “a hegemonia dos atenienses, ao se expandir, provocou temor entre os peloponésios e os compeliu a

guerrear”. Ele afirma que tal conflito se originou não apenas da ambição de poder dos primeiros, mas também pelo temor e medo dos segundos. Mais do que isto, pela declaração de que o temor dos peloponésios os compeliu a guerrear, infere-se que o inaugurar das ações bélicas que configuram a guerra situa-se do lado espartano, lado em que predominavam impulsos, inatos ao homem, voltados para a segurança, não para a aquisição. Portanto, também o *phobos*, impulso que, a princípio, conduz os homens a escusarem-se de riscos e perigos, pode, igualmente, – assim como a ambição por poder, por bens e por honras – desencadear ações militares de funesto efeito às comunidades de cidadãos.

Mas o uso do termo *compelir* (verbo *anankazein*) parece revelar a identificação, por parte de Tucídides, de uma esfera de mediação entre os impulsos da *physis* e as deliberações dos homens – especialmente aquelas de belicosas intenções. Se os lacedemônios se viram *compelidos* a guerrear, entende-se que estes decidiram pelo combate contrariando uma inclinação ou uma tendência primeira e natural. Significa que os espartanos, diante do poder crescente de Atenas, ponderaram as ameaças associadas a esta expansão de um poder rival e – a despeito de uma disposição da *physis* que, entre eles, atuava no sentido do esquivar-se aos riscos – divisaram, como única forma de satisfazer seus ímpetos e anseios por segurança, a necessidade (*ananké*) de combater e, então, renderam-se a esta necessidade.²

Portanto, a decisão espartana de iniciar as hostilidades militares contra os atenienses não é apenas o resultado direto, puro e simples, de um impulso inato e inerente à *anthrópeia physis*. Tampouco representa o triunfo – apontado por Tucídides como originário das *staseis* – da *physis* sobre a *Diké* e sobre os *nomoi*. A deliberação espartana a favor da guerra, tanto quanto motivada pelos impulsos da *physis*, é também fruto da capacidade de ponderação e raciocínio do homem, da reflexão que considera, naquele dado momento histórico, o expor-se aos perigos inerentes aos conflitos guerreiros como medida mais propícia a garantir a segurança da *polis* do que a persistência na inação e na imobilidade. Noutros termos: a decisão peloponésia de responder à expansão ateniense com uma campanha bélica tem seu fundamento tanto no aspecto impulsivo – o *phobos* dos espartanos – quanto no aspecto reflexivo e intelectual da *physis* – a *gnómé*.

O juízo tucidideano, então, não apreende o homem enquanto ente eterna e cegamente conduzido por impulsos irrefletidos e irrefreáveis. Tais impulsos constituem, é certo, a motivação primária das ações humanas,³ mas o homem é dotado da habilidade de refletir sobre tais impulsos e avaliar – às vezes de uma forma correta, outras vezes, de uma forma que se confirmará posteriormente desastrosa – as conveniências e inconveniências de a eles ceder.

Neste sentido, a constituição e expansão do império ateniense, por exemplo, não se explica apenas pelos impulsos ambiciosos da natureza humana. Mas também pela postura reflexiva, pela *gnóme* dos atenienses que, analisando, em diversos momentos e circunstâncias, os perigos e obstáculos que se interpunham à satisfação de tais impulsos, julgou conveniente, oportuno e vantajoso enfrentá-los. Então, retornando à questão anteriormente aventada – se são os desejos e ambições inerentes à natureza humana que determinam as ações do homem, qual força impede que sua existência se degrade em conflitos eternos e ininterruptos? – podemos, agora, a ela responder. Esta força é também parte integrante da *physis*. Esta força é a *gnóme*.⁴ É ela que compõe aquela esfera de mediação entre os impulsos da *physis* e as deliberações dos homens a que antes nos referimos. É ela que, ao favorecer o cálculo de riscos e vantagens, perigos e oportunidades, obstáculos e facilidades, conduz o homem a, por vezes, sim, ceder ao lado impetuoso de sua *physis*, mas também, é ela que, em outros momentos, o leva a refrear e reprimir tais ímpetos.

A *gnóme* pondera e delibera a partir dos desejos emanados da face impulsiva da *physis*. Portanto, ela não se apresenta como intrinsecamente contrária ou oposta a tais desejos. Lembremos os lacedemônios *compelidos* a deliberar pela guerra contra os atenienses. A *gnóme* espartana, ao optar pelo confronto, não contradiz as demandas impulsivas dos lacedemônios – seu *phobos* e seu anseio por segurança. Ao contrário, a guerra é a alternativa que a *gnóme* dos espartanos visualiza como viável para garantir a desejada segurança de sua existência. O mesmo se verifica do lado ateniense: mesmo os campeões da *gnóme* entre os áticos, como Temístocles e Péricles, não são retratados – ao menos não são sempre retratados – como estrategistas a arquitetar ações que contrariam os impulsos ambiciosos de sua cidade. Seus conselhos se mostram, na verdade, como exercícios do raciocínio e do cálculo, a

perscrutar as medidas mais convenientes para a realização dos desejos ambiciosos e impulsivos que predominam entre seus concidadãos.⁵

Nesta perspectiva, reconhecer o papel da *gnómé* na definição dos cursos de ação trilhados pelo homem não anula o exame que identifica, no esquema analítico tucidideano, os impulsos integrantes da *physis* humana – desejo de segurança, ambição de poder, de riquezas, de distinção – como motivadores últimos das ações humanas, mormente das ações dignas de registro e relato: as guerras e as *staseis*.⁶

Além dos comentários a respeito da mais verdadeira causa da guerra entre atenienses e peloponésios e das observações sobre as origens profundas das *staseis*, outras passagens do texto tucidideano revelam a propensão do historiador a divisar os anseios por poder e por segurança como motivadores essenciais das condutas dos homens e das cidades.

Relatando uma assembléia que reuniu emissários das cidades helênicas da Sicília, no ano de 425, Tucídides apresenta o discurso do siracusano Hermócrates, personagem apresentado como detentor de elevada capacidade de, por suas palavras, produzir persuasão. Hermócrates, tendo em vista a crescente ameaça de intervenção do poder ateniense na Sicília, propõe às cidades reunidas um pacto pela interrupção das hostilidades recíprocas⁷ que até então as envolviam e, em seu discurso afirma:

Ninguém é compelido [verbo *anankazein*] a engajar-se numa guerra na ignorância, *amathia* [de seus perigos], nem se esquiva dos combates em função do medo (*phobos*), desde quando se imagina algum proveito deles obter. No primeiro caso, [os homens decidem pela guerra] porque os lucros (*ta kerdé*) lhes parecem ser maiores que os perigos (*ta deina*); no segundo, eles consentem em expor-se aos riscos para evitar ser, de imediato, prejudicados. (TUCÍDIDES, IV.59.2)

Hermócrates, portanto, define o papel das faces impulsiva e reflexiva da *physis* humana na deliberação das ações relevantes. Os homens, assim como as cidades, movidos pelo desejo de poder e riqueza, ao engajarem-se em empreendimentos guerreiros, não têm sua *gnómé* obscurecida por seus impulsos ambiciosos; pelo contrário, quando planejam ações que possibilitem a satisfação de seus impulsos naturais, estão perfeitamente cientes dos riscos e perigos nelas envolvidos. Deci-

dem pela guerra porque, por sua ponderação, os objetos de seu desejo compensam as dificuldades a serem enfrentadas. Da mesma forma, o medo, este outro impulso natural, não se constitui necessariamente em obstáculo à aceitação da necessidade do guerrear, desde que este guerrear seja apreendido pela *gnómé* como ação mais eficaz para obtenção da segurança e da estabilidade.

Numa outra passagem do discurso, Hermócrates contrapõe, quase à maneira da voz tucidideana, às causas aparentes as causas verdadeiras que, mais cedo ou mais tarde, impulsionariam os atenienses a avançar sobre a Sicília. Segundo o orador, ainda que no presente os atenienses pretextassem afinidades étnicas – defender os interesses das cidades sicilianas habitadas por iônios – para justificar suas periódicas intervenções na ilha, no futuro, quando os áticos atacassem com uma grande frota, logo se revelaria o verdadeiro motivador das ações do invasor – o interesse, o desejo de riquezas e de bens:

Ninguém deve sugerir que, dentre nós, somente os dórios são inimigos dos atenienses, enquanto que os calcídicos, em função de partilharem o sangue iônio, estariam seguros (*asphaleis*). Não será por nossas etnias, por ódio a uma das raças que nos geraram, que os atenienses atacam, mas sim porque eles anseiam e desejam (*epienai*) as boas coisas (*ta agatha*) da Sicília, bens que todos nós adquirimos e possuímos. (TUCÍDIDES, IV.61.2-3)

Pela fala de Hermócrates, as motivações de ordem moral, baseadas na afirmação da necessidade de solidariedade aos irmanados pelo mesmo sangue, não passam de pretextos superficiais, invocações que apenas se prestam a dissimular os autênticos móveis da ação humana, situados no âmbito dos mais elementares impulsos da espécie humana: a ambição, a cobiça, o desejo de desfrutar os bens valiosos por outros adquiridos. Por isto, Hermócrates conclui, nada de censurável pode ser atribuído ao comportamento dos atenienses – quando avançarem contra a Sicília, eles apenas estarão cedendo aos ímpetos inerentes à natureza humana:

Que os atenienses sempre aspirem possuir mais do que têm (*pleonektein*) e tracem planos (*pronoieisthai*) para satisfazer tais aspirações é algo perfeitamente escusável. Não censuro aqueles

que exibem o desejo de a outros dominar (*archein*), mas sim os que se mostram dispostos a se deixar submeter (*hypakouein*). É próprio ao homem comandar aqueles que cedem, tanto quanto se defender daqueles que o atacam. (TUCÍDIDES, IV.61.5)

Mais uma vez o texto de Tucídides exhibe os estágios em que se definem os cursos da ação histórica. A causalidade primária, o impulso primário – a aspiração de possuir mais do que se tem, a *pleonexia* – reside nas pulsões psicológicas componentes da *physis*. Em seguida intervém a *gnómé* – o traçar planos, antever possibilidades e dificuldades, *pronoieisthai?* – colocando a capacidade reflexiva e inteligente do homem a serviço de seus impulsos e desejos elementares. Mais uma vez se estabelece que a força motora dos eventos dignos da atenção do historiador, como os grandes conflitos e os grandes movimentos de um poder imperial, situa-se nas camadas mais profundas que conformam a *psyché* humana.

Outra manifestação da importância atribuída por Tucídides à *physis* humana como fornecedora das causas explicativas dos eventos históricos pode ser detectada em sua conclusão aos capítulos identificados pela crítica moderna como *Metodologia*. Após revelar os procedimentos que nortearam a composição de sua *História*, salientando sua desconformidade em relação àqueles correntes entre os poetas e os compositores de discursos (*logographoi*), declara Tucídides:

Aos que se inteirarem de minha narrativa pela audição, ela provavelmente parecerá, pela ausência do fabuloso (*to mythódes*), grandemente desprovida de encanto (*aterpés*). Mas, todos os que desejarem examinar (*skopein*) com precisão tanto os acontecimentos passados como os que, em algum dia, voltarão a ocorrer de forma semelhante, em função do caráter humano (*to anthrópinon*), julgarão (*krinein*) minha narrativa útil e proveitosa (*óphelimos*) e isto é o suficiente. Ela não foi composta para obter os aplausos numa competição momentânea, mas sim para se constituir, ao longo do tempo, em tesouro valioso (*ktéma*). (TUCÍDIDES, I.22.4)

O historiador atribui a sua obra uma dimensão monumental. Esquivando-se das aclamações fugazes do presente, ela aspira se instituir como imorredoura, preservando intacto seu valor enquanto sobre a terra

caminharemos os seres integrantes da raça humana. Distinguindo-se das composições poéticas, que buscam celebridade ao seduzir os ouvidos, a obra tucidideana ancora suas pretensões monumentais na capacidade reflexiva do homem, em sua *gnómé*, sua habilidade em examinar (*skopein*) e julgar (*krinein*). Esta aptidão intelectual fornece ao homem a possibilidade de identificar uma dada força motriz que, atuante em todas as ações humanas, a elas confere inteligibilidade e repetitividade. Como diz Luginbill (1999, p. 26): “o elo de ligação entre o passado e o futuro é fornecido pela natureza humana, pois é de acordo com o próprio ao homem que se pode esperar que os eventos futuros repitam o padrão dos eventos passados”. Tucídides, quanto à guerra que lhe serve de objeto, localiza esta força motriz no âmbito do próprio ao homem (*to anthrópinon*) e, ao fazê-lo, conclui que, sendo tal força inerente e inseparável da espécie humana, continuará ela a se manifestar desde que persistam os homens em existir.

Assim sendo, as pessoas do futuro que, com rigor e precisão, vierem a se dedicar a examinar e julgar as causas dos eventos humanos, também obterão esta verdade e reconhecerão, na narrativa oferecida por Tucídides, um exemplo primeiro e notável da capacidade da reflexão humana em deslindar os fenômenos humanos em seus aspectos mais profundos e emblemáticos.

Em resumo, em Tucídides a *anthrópeia physis* é considerada a causa mais profunda e verdadeira não somente da guerra entre peloponésios e atenienses, como também de todos os eventos importantes dos homens – do passado, do presente e do futuro⁸ – e, por tocar e dissecar esta força imutável e imortal, o historiador acredita contaminar sua obra com as mesmas virtudes distintivas desta força por ele identificada, o que o leva a pretendê-la (à sua obra) ostentatória de uma verdade igualmente imutável e imortal.

Um exemplo a primazia conferida por Tucídides à natureza humana como elemento elucidativo das causas e motivações dos eventos humanos, pode ser encontrado, no que se refere aos acontecimentos passados, nos capítulos integrantes da *Arqueologia*.

Comentando estes capítulos, Connor (1985, p. 24) apontou, como uma de suas características essenciais, o tom marcadamente impessoal do relato, preocupado em focalizar, prioritariamente, um determinado processo, ao invés de se deter em feitos ou qualidades individuais. Henry

Immerwahr, com certeza, concordaria com esta afirmação de Connor, ainda que ambos não pareçam coincidir na identificação das forças impessoais que conduziriam o encadeamento das ações relatadas por Tucídides na *Arqueologia*. Para Immerwahr, esta força impessoal, que determina a ação e o pensamento dos homens, é simplesmente o poder, a *dynamis*. Desde que se ofereçam condições para a expansão do poder (notadamente, o crescimento das atividades vinculadas ao mar), este passa a se constituir na força motora a impulsionar as ações humanas. Não é a ação dos homens que produz o poder, mas sim o poder que produz a ação:

A mais distintiva das características do poder é a de conduzir a uma atividade constante; assim, em tempos remotos, populações migraram para a Ática, a pirataria constituiu-se em uma forma primitiva de *dynamis* e, por último, guerras mais significantes resultaram em maior concentração de poder nas mãos dos vitoriosos. (IMMERWAHR, 1973, p. 18)

O poder não se alimenta dos impulsos da natureza humana ou de qualquer força externa para se reproduzir ou expandir; ele encerra em si mesmo sua lógica própria e autônoma de consolidação e desenvolvimento: “Tucídides vê o poder como uma força que se nutre, se perpetua, se expande por si mesma, em progressão constante” (IMMERWAHR, 1973, p. 18). Os impulsos irracionais do homem, tanto quanto sua capacidade de reflexão e cálculo, ao invés de serem vistos como elementos propiciadores do poder são, antes, apreendidos como seu resultado, como um “aspecto psicológico da *dynamis*”, desde que “a verdade é que a *dynamis* é tanto concreta quanto abstrata, tanto factual quanto psicológica” (IMMERWAHR, 1973, p. 19).

Connor, porém, não parece acreditar em uma *dynamis* que encerre em si mesma a causa de sua expansão. Para ele, Tucídides identifica, sim, uma causa externa ao poder, que o conduz ao seu fortalecimento e expansão, uma causa que mais uma vez aponta para a preponderância da *anthrópeia physis* na definição das ações humanas:

Os desenvolvimentos que Tucídides descreve [na *Arqueologia*] não se apresentam como resultado de heróis ou de heroísmos, mas

sim de desejos que haviam sido freqüentemente deplorados pela literatura arcaica. O auto-interesse, o desejo de lucro, e até mesmo o medo permitiram o crescimento do poder e da segurança na Grécia, assim como o esquivar-se da pobreza e dos perigos que caracterizavam os tempos primitivos. (CONNOR, 1985, p. 25-26)

A conclusão de Connor (1985, p. 26) é de que, na *Arqueologia*, Tucídides:

Analisa forças que têm, desde longa data, intervindo na história grega e que, presumivelmente, ainda estão em evidência na grande guerra que ele acolheu como seu objeto. *É uma anatomia do poder fundamentada em uma visão da natureza do homem.* (Grifo nosso)

Vejamos, portanto, ainda que de maneira rápida e pouco sistemática, algumas das passagens da *Arqueologia* que podemos aventar, de modo a corroborar esta atribuição das causas primeiras e profundas dos acontecimentos passados aos mesmos impulsos inerentes à natureza humana que estavam subjacentes, mais ocultos e mais verdadeiros, no desencadear da grande guerra entre atenienses e peloponésios.

A *Arqueologia* apresenta um quadro panorâmico da história do mundo heleno, desde os tempos remotos – quando a Hélade não era habitada de forma estável, quando inexistiam relações comerciais, quando os homens retiravam da terra apenas a justa medida que garantisse seu sustento, quando não havia riquezas acumuladas – até um passado mais recente, em que dois poderes hegemônicos sobressaíam: o dos lacedemônios e o dos atenienses.

Neste relato do processo de acumulação de riqueza e poder entre os gregos, Tucídides confere primordial importância às atividades náuticas, consideradas como excepcionalmente propiciadoras de oportunidades de obtenção de vantagens e de hegemonia:

tais eram, então, as forças náuticas dos helenos, desde os tempos mais antigos até os mais recentes. Os que a elas se dedicaram adquiriram uma força não desprezível, que lhes disponibilizou rendas e riquezas, como também o domínio (*arché*) sobre outros. (TUCÍDIDES, I.15.1)

Tucídides identifica o fenômeno antigo da pirataria como uma das primeiras manifestações deste processo de acumulação de poder e riqueza mediante a utilização de forças navais. Segundo o historiador, a pirataria, naqueles tempos recuados, além de proporcionar a obtenção de recursos, por meio de pilhagens a cidades desprovidas de muralhas de proteção, também não acarretava opróbrio (*aischyné*) aos que a praticavam, propiciando até mesmo uma certa reputação (*doxa*). E Tucídides, mesmo correndo o risco de redundar em obviedades, faz questão de ressaltar que era principalmente a ambição, o desejo de ganhos, que impulsionava a atividade dos corsários: [a pirataria] “era conduzida pelos homens que não se alinhavam entre os menos poderosos, movidos por seu amor ao lucro (*kerdos*), como também para propiciar sustento aos mais fracos dentre eles” (TUCÍDIDES, I.5.1).⁹ Então, é sob o imperativo da cobiça, da ambição, da *pleonexia*, que se efetuam os primeiros passos do processo de transformação da Grécia de um aglomerado de cidades pobres e frágeis em uma Grécia de grandes blocos de poder, na qual os detentores da hegemonia nos mares se exibem orgulhosos de suas riquezas e de seu poder. E, no marco inicial de tal transformação, identifica Tucídides um dos impulsos da *physis* que distinguira na origem dos *polemoi* e das *staseis*.

O passo seguinte no processo de acumulação de riqueza e poder entre os helenos demandava, porém, a eliminação da insegurança crônica que caracterizava a época da pirataria. Para Tucídides, o grande responsável por tal empreendimento teria sido o cretense Minos, “segundo a tradição, o mais antigo personagem a dispor de uma frota e a conquistar o domínio da maior parte do mar hoje chamado de Helênico”. Minos, é claro, dedicou-se a combater os piratas não por filantropia ou por espírito de justiça, mas apenas porque desejava receber com maior segurança os rendimentos (*prosodoi*) devidos por aqueles que se encontravam submetidos à sua hegemonia (TUCÍDIDES, I.4.1). Minos, portanto, estava animado pelo mesmo impulso, pelo mesmo *kerdos* que incitava seus inimigos corsários. Para explicar a ascensão e, a seguir, o combate à pirataria, Tucídides identifica, portanto, uma mesma causa, uma mesma força motriz: os impulsos ambiciosos inerentes à *physis*.

Afastada a turbulência e a ameaça dos piratas, a *Arqueologia* afirma que os habitantes das cidades litorâneas se viram em condições mais favoráveis para a acumulação de riquezas (*chrémata*), passaram

a usufruir um modo de vida mais estável, perceberam que estavam conseguindo se tornar mais ricos (*plousióteroi*) e, para proteger e defender tais riquezas, se dedicaram a amuralhar suas cidades. No passo seguinte do processo de ampliação e sofisticação dos instrumentos de aquisição de ganhos e de exercício da hegemonia – a emergência de blocos de poder liderados por uma determinada cidade – Tucídides novamente salienta a atuação do *kerdos*, dos impulsos ambiciosos da natureza humana:

Impelidos pelo amor ao ganho (*ephiemenoi gar tón kerdón*), os mais fracos admitiram sujeitar-se à dominação dos mais fortes, enquanto que os mais poderosos, detentores de mais abundantes riquezas, reduziram as cidades menores à sua dominação. (TUCÍDIDES, I.8.3)

Kerdos, portanto, conflui com o *phobos* neste momento em que se instituem os poderes hegemônicos no mundo grego. São estes os dois impulsos que, combinando-se no espírito dos *mais fracos*, os impelem a admitir se rebaixarem perante os *mais fortes*. Eles, os *mais fracos*, se dedicaram a acumular riquezas as quais, agora percebem, suas muralhas não conseguem mais proteger. Eles amam tais riquezas, continuam inspirados pelo *kerdos* mas também sentem o *phobos*, o temor de perder o que acumularam, o desejo de salvaguardar as conquistas de sua ambição. Por isso se deixam submeter aos *mais poderosos*. Renunciam a uma parte de suas riquezas em troca da promessa de manutenção da estabilidade. Asseguram, desta forma, condições propícias não apenas para assegurar a posse dos bens restantes, como também para desfrutar de condições que lhes permitam continuar a acumular.

Em todo este movimento de expansão e progresso contínuo, desde os tempos primitivos de penúria homogênea até a consolidação de grandes centros congregantes de riquezas e de poder, narrado na *Arqueologia*, distingue-se apenas um momento de interrupção: aquele em que as cidades helenas têm suas rédeas tomadas pelas mãos dos tiranos. Diz Tucídides:

Os tiranos todos que se estabeleceram nas cidades gregas trataram de cuidar apenas dos interesses de suas próprias pessoas e de fazer aumentar a importância de suas casas particulares. Geriam

as cidades preocupados em assegurar a maior segurança (*asphaleia*) possível para eles próprios e não efetivaram nenhum empreendimento digno de notoriedade (*ergon axiologon*). (TUCÍDIDES, I.17.1)

Os tiranos, portanto, obstam a continuidade do processo de constante expansão da *dynamis* por dois motivos essenciais. Em primeiro lugar porque, cuidando *apenas dos interesses de suas próprias pessoas*, os tiranos reprimem e subjagam os impulsos ambiciosos de todos os demais habitantes da cidade. Em segundo lugar, porque, embora pareçam movidos pelo *kerdos*, pela *pleonexia* e pela *philotimia*, a maneira como os tiranos dirigem a cidade revela, verdadeiramente, a preponderância do *phobos*, do temor, do medo, do desejo de segurança. Ou seja, sob o império dos tiranos, o desvelo premente para com a conservação e permanência – manifestado pelos detentores do poder nas cidades – sobrepõe-se aos ímpetus favoráveis à acumulação de riquezas e de honras que anteriormente definiam as ações das *poleis*. Como resultado, quando o *phobos* e a necessidade de *asphaleia* de um único indivíduo triunfam sobre o *kerdos* e a *pleonexia*? de toda uma comunidade, nenhum empreendimento merecedor da atenção do *histór* é alcançado.

Então, na *Arqueologia*, tanto o processo de acúmulo progressivo de riquezas e de poder, quanto as interrupções verificadas no desenrolar deste mesmo processo, são apreendidos como resultantes de forças motivadoras situadas no âmago da natureza humana. Quando os homens se deixam guiar por seus impulsos aquisitivos, as cidades gregas experimentam o progresso – entendido como incremento na capacidade de acumular riquezas e de afirmar-se como *hégemones* perante outras cidades. Quando, porém, por quaisquer motivos, prevalecem os impulsos da *physis* ligados ao desejo de auto-preservação e de auto-segurança, interrompe-se tal progresso, e as cidades não mais crescem em importância como centros para os quais convergem *chrémata* e *dynamis*.

O olho analítico de Tucídides, que enxerga a natureza humana como motivadora fundamental da ação histórica, se mostra capaz de identificar a verdade por trás das aparências, distinguindo o autêntico e paradoxal caráter dos governos tirânicos. Por trás da face imediatamente perceptível que manifesta a ambição, a violência e a turbulência de tais governos, o juízo tucidideano revela seu exato significado para a História:

um padrão de condução das ações humanas marcado pelo medo, pelo desejo obsessivo de segurança e que, ao invés de traduzir-se em progresso ou agitação, produz única e tão somente estabilidade.

Força motora das guerras e das *staseis*, do progresso e da estabilidade, o aspecto impulsivo da *anthrópeia physis*, devidamente mediado pelo seu aspecto reflexivo e gnômico, revela-se, então, em Tucídides, como causa primeira das ações humanas do passado, do presente e, presume-se, do futuro.

Abstract

In this paper, we seek to analyze some aetiological principles of Thucydides' historical narrative, focusing our attention on the emphasis assigned by the chronicler to impulses that constitute human nature (*anthrópeia physis*), the truest cause of the war among Athenians and Spartans. The paper also examines (1) Thucydides' portrayal of the relationship between the impulsive (*orgé*) and the reflective (*gnómé*) sides of human nature and (2) their consequences in the resolution of human destiny.

Key words: Thucydides, human nature, Greek historiography.

Notas

1. Lembrando os termos que quase um século mais tarde seriam empregados por Aristóteles: "o próprio homem está na origem (*arché*) de suas *praxeis*". *Ética a Nicômaco*, 1112b.30.
2. Historiadores como Donald Kagan se empenharam em polemizar acerca deste caráter de *necessidade* atribuído por Tucídides à guerra entre peloponésios e atenienses. Kagan, em primeiro lugar, rejeita a idéia, para ele embutida na afirmação de Tucídides sobre as causas da guerra, de que o império ateniense tivesse exibido qualquer acréscimo significativo de poder entre os anos 445-435. Para ele, também, os atenienses, às vésperas da guerra, não exibiam um apetite insaciável de poder, mas antes, sob a liderança de Péricles, conseguiam conter tais ambições em limites aceitáveis. Além disso, os espartanos, ainda segundo Kagan, jamais se mostraram efetivamente, como Estado, tão inteiramente dominados e conduzidos pelo *phobos* como Tucídides faria acreditar. Portanto, longe de ser a guerra *inevitável* ou *necessária*, inúmeros elementos da realidade histórica do

período apontariam para a possibilidade de “os dois grandes estados hegemônicos, com suas respectivas alianças, estabelecerem um acordo e coexistirem em paz indefinidamente” (KAGAN, 1996, p. 69). Em outra obra Kagan afirma que “a *Guerra do Peloponeso* não foi causada por forças impessoais, a menos que raiva, medo, otimismo infundado, teimosia, inveja, julgamento inoportuno e carência de perspicácia sejam considerados forças impessoais. Ela foi causada por homens que, em circunstâncias difíceis, tomaram decisões inadequadas. Mas nem as circunstâncias nem as decisões eram inevitáveis” (Apud MEYER, 1997, p. 25). Em resposta a esta proposição interpretativa adotada por Kagan, vários autores se dedicaram a recolher indícios que confirmassem tanto o crescimento acentuado do poder marítimo atenienses nos quinze anos que antecederam a guerra, quanto as preocupações e temores revelados pelos espartanos diante de tal crescimento. Sobre a questão, confira-se o balanço historiográfico apresentado por Elizabeth Meyer (MEYER, 1997, p. 29-ss). Com relação a tal ordem de considerações e tendo em vista o escopo que anima este trabalho, temos apenas a salientar que, embora refutada por alguns historiadores modernos, a tese tucidídeana a respeito das causas da guerra afirma claramente que a mesma foi *necessária* em função do choque de dois impulsos essenciais contraditórios, emanados de dois distintos e opostos centros de poder. Em outros termos, na perspectiva por nós adotada, o fato de Kagan não acreditar – enquanto autores como Knight e Meiggs acreditem – que forças impessoais tivessem tornado a guerra inevitável não é tão relevante quanto a constatação de que, para Tucídides, raiva, medo e ambição realmente se constituíam em forças impessoais (ao contrário da perspicácia e da excelência no julgar) e de que em tais forças residiam as causas mais verdadeiras do confronto.

3. Nas palavras de Robert Luginbill (1999, p. 26), “a natureza humana tem por aspiração o aprazimento das demandas de sua face impulsiva (*orge*), quaisquer que sejam elas, e é este ímpeto, que visa realizar os desejos da *physis*, que se apresenta como motivador fundamental da atividade histórica”.
4. Adotamos aqui o entendimento de Robert Luginbill, pelo qual se compreende a *gnómé*, ou a capacidade reflexiva do homem, como parte integrante da *anthrópeia physis*. Por esta ótica, o homem é, por natureza, distinguido tanto por seus impulsos e ansios irracionais como por sua capacidade intelectual, que lhe permite aceitar ou reprimir as demandas oriundas de seu lado impulsivo. Ver Luginbill (1999), especialmente os capítulos “*Physis: The Biology of War*” (p. 21-35) e “*The Balance of Power and Necessity*” (p. 36-52). Um distinto entendimento exhibe Henry Immerwahr que, na concepção

tucidideana da natureza humana, divisa apenas o aspecto irracional do homem. Para Immerwahr, a *gnómé* compõe os domínios do *logos*, que se opõem aos da natureza humana, caracterizada exclusivamente pela impetuosidade irreflexiva da *orgé*. Ver Immerwahr (1973, p. 19).

5. “Ao invés de desestimular o lado impulsivo da *physis* ou de direcioná-la para objetivos mais construtivos, a razão, o lado deliberativo da *physis*, é retratado [por Tucídides] como pouco mais do que um mero promotor de tais impulsos” (LUGINBILL, 1999, p. 28).
6. Não pretendemos afirmar que, para Tucídides, o lado impulsivo da *anthrópeia physis* resume-se à ambição (de poder, de bens e de honra) e ao temor (desejo de segurança). É altamente presumível que Tucídides reconhecesse impulsos como o amor, o ódio, a raiva ou o orgulho como igualmente componentes da natureza humana. Mas parece-nos igualmente verossímil que, dentre estas várias pulsões, o historiador destaca a ambição e o temor como aqueles de maior relevância para explicação das ações humanas dignas de relato. Ver, a este respeito, os comentários de Luginbill (1999, p. 28) que, traduzindo ambição como “desejo de governar sobre outros”, e temor como seu oposto, ou seja, “desejo de se ver livre do governo de outros”, conclui que, em Tucídides, estes “dois objetivos da *physis*” são, justamente, aqueles de importância histórica decisiva.
7. Vale a pena destacar a maneira como Tucídides principia o relato das hostilidades entre as diversas *poleis* sicilianas. Segundo a narrativa, uma frota composta por dez naus de Siracusa e dez naus da Lócria, invadiu e ocupou a cidade de Messene, até então aliada aos atenienses. Tucídides afirma que, entre os siracusanos, a força impulsionadora de tal ação foi o *phobos*: estavam eles temerosos (*phoboumenoi*) de que, num futuro próximo, os atenienses viessem a utilizar Messene como base para um ataque à sua cidade. Quanto aos lócrios, diz o historiador que estes agiram movidos pelo ódio (*echthos*) que nutriam para com seus inimigos, aos quais desejavam completamente subjugar (*katapolemein*). Cf. Tucídides, IV.1.2.

O medo e o desejo de segurança são novamente afirmados como impulsos decisivos da ação histórica. Não se faz referência à ambição e ao desejo de poder, substituídos por outro impulso, o ódio. Mas reafirma-se a percepção que enxerga na face impulsiva da *anthrópeia physis* o *locus* em que repousam as causas mais profundas e verdadeiras dos confrontos bélicos. Lembramos, ainda, que o ódio aparece como impulso da ação humana logo na abertura do relato do início da guerra, na narrativa da disputa entre Corcira e Corinto em torno da cidade de Epidamno. Tucídides afirma que Corinto deliberara por atender aos apelos dos epidâmnios, colocando-se

em franco antagonismo com Corcira, tanto porque entendiam que Epidamno era sua colônia – o que implicava obrigações de proteção – como porque impelidos pelo ódio (*misos*) que nutriam pelos corcireus (TUCÍDIDES, I.23.5). Sobre esta passagem, concordamos com a interpretação de Sthal, que vê nesta afirmação de Tucídides não a identificação de uma dupla ordem de causalidade, mas sim a distinção entre um aparente e um verdadeiro motivo para a ação: “com isto já se mostra, no início do conflito, o desdobramento – que já nos é conhecido pela Arqueologia – em impressão exterior (justo auxílio à colônia atacada) e verdadeiro motivo (oportunidade de vingança contra a cidade da qual é metrópole)” (STHAL, 1966, p. 26).

8. Nos termos de Elizabeth Meyer (1997, p. 49), “existem padrões que conformam todo comportamento humano e, a partir da análise detalhada das ações humanas, alguns destes padrões podem ser proveitosamente discernidos”.
9. Propiciar sustento (*trephein*): a princípio trata-se de um impulso essencial da natureza humana, a busca das condições mínimas capazes de propiciar a sobrevivência. Mas, para Stahl (1966, p. 12), ao indicar que os corsários, com sua atividade, visavam também o sustento dos mais fracos (*astheneis*) dentre eles, Tucídides abandona o âmbito dos impulsos da natureza humana e enfatiza o aspecto moral dos praticantes da pirataria para, de forma irônica, ressaltar sua superioridade frente a Minos, que se dedicará a dar-lhes combate. Parece-nos, porém, mais adequado interpretar tal passagem à luz de uma outra indicação fornecida pelo próprio Stahl: a de que Tucídides, frequentemente, desdobra a exposição das causas da ação histórica em, por um lado, justificativas públicas e considerações axiológicas (a solidariedade manifesta na preocupação em garantir o sustento dos mais fracos) e, por outro lado, a revelação dos verdadeiros motivos de tal ação (o desejo de lucro).

Referências

- ARISTÓTELES. *Éthique de Nicomaque*. Texte, traduction, préface et notes par J. Voilquin. Paris: Garnier Frères, 1961.
- CONNOR, W. R. *Thucydides*. 2nd printing. Princeton: Princeton University Press, 1985.
- IMMERWAHR, H. R. Pathology of power and the speeches in Thucydides. In: STADTER, Ph. A. (Ed.). *The Speeches in Thucydides: a collection of original studies with a bibliography*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1973. p. 16-31.

KAGAN, D. *On the origins of war and the preservation of peace*. New York: Doubleday, 1996.

LUGINBILL, R. D. *Thucydides on war and national character*. Westview Press, 1999.

MEYER, E. A. The outbreak of the peloponnesian war after 25 years. In: HAMILTON, C. D.; KRENTZ, P. *Polis and polemos: essays on politics, war and history in ancient Greece in honor of Donald Kagan*. Claremont: Regina Books, 1997. p. 23-54.

STAHL, H.-P. *Thukydides. Die Stellung des Menschen im geschichtlichen Prozeß*. München: Verlag C. H. Bech, 1966. (Tucídides. A posição do homem no processo histórico. Tradução para o português por A. L. A. Almeida Prado. Mimeografado)

THUCYDIDE. *La Guerre du Péloponnèse*. Livre I. Texte établi et traduit par J. de Romilly. Paris: Les Belles Lettres, 1968.

_____. *La Guerre du Péloponnèse*. Livre II. Texte établi et traduit par J. de Romilly. Paris: Les Belles Lettres, 1972.

_____. Books I-VIII. In: *PERSEUS 2.0: Interactive sources and studies on Ancient Greece*. Editor in Chief: G. Crane. Cambridge: Yale University Press, 2000. CD-ROM.

_____. *La Guerre du Péloponnèse*. Livre IV e V. Texte établi et traduit par J. de Romilly. Paris: Les Belles Lettres, 1973.

_____. *História da Guerra do Peloponeso*. Livro I. Introdução, tradução e notas de A. L. A. de Almeida Prado. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 1972.

_____. *História da Guerra do Peloponeso*. Tradução, introdução e notas de M. da G. Kury. 3.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.